

ATA N.º 15/XII/2018

Reunião Pública de 27/06/2018

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano dois mil e dezoito, no edifício do Pólo da Biblioteca Municipal do Vale da Amoreira, pelas vinte e uma horas, reuniu a Câmara Municipal da Moita, sob a Presidência do Sr. Presidente Rui Manuel Marques Garcia e com a presença dos Srs. Vereadores Luís Fernando Marta Ribeiro Chula, Daniel Vaz Figueiredo, Carlos Edgar Rodrigues Albino, Vivina Maria Semedo Nunes, Joaquim Inácio Raminhos Cabaça, Miguel Francisco Amoêdo Canudo, Filomena Maria da Silva Magalhães Ventura e Luís Fernando Vaz do Nascimento.

Declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente, foram discutidos os pontos infra indicados de acordo com a Ordem do Dia, previamente distribuída por todos os membros.

Propostas:

1. PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES – ANO LETIVO 2018 – 2019	12
2. CONTRATO – PROGRAMA 2018 COM ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO	13
3. INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS POR AVARIA DA CÂMARA FRIGORIFICA DOS PRODUTOS HORTÍCOLAS – BANCAS N.º 16, 19, 22, 24 E 25 COM A ATIVIDADE DE FRUTAS E HORTALIÇAS, SITAS NO MERCADO MUNICIPAL DA BAIXA DA BANHEIRA – ZONA NORTE	14

Foi seguidamente dado início ao Período de Intervenção do Público.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. José Alberto – Referiu que na Rua José Maria Lamas, na curva, existe já há bastante tempo uns buracos no betuminoso, situação que requer tratamento por parte do Município. Outra situação é na rampa junto à Biblioteca que a calçada foi arrancada junto ao Parque Infantil e os bancos têm falta de ripas de madeira, a zona envolvente à Biblioteca necessita de ser tratada bem como o corte da relva e outra situação é algumas árvores, na entrada do recinto, que posteriormente irão danificar os muros da Biblioteca, portanto, dever-se-ia ponderar sobre o corte das árvores ou a substituição das mesmas.

Sr. Presidente – Disse que estas são questões que não tem resposta, propriamente dita, são questões que devem ser verificadas pelos respetivos serviços e procurar encontrar-se solução, no caso, de duas delas, também, comunicar à Junta de Freguesia uma vez que, quer a manutenção de calçadas, quer a reparação de bancos são competências delegadas na Junta de Freguesia, e é isso que se irá fazer.

Em seguida o Sr. Presidente deu início ao Período da Ordem do Dia

PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente apresentou para conhecimento:

- A posição atual do Orçamento da Receita do presente ano, o resumo da posição do Orçamento da Despesa, assim como o Resumo Diário da Tesouraria

De seguida o Sr. Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores que manifestaram intenção de intervir no Período Antes da Ordem do Dia.

Sr. Vereador Luís Chula – Fez uma saudação, especial, à Câmara Municipal pelo facto da muito importante candidatura da “Moita Património do Tejo” a Património Imaterial da Humanidade através da candidatura da UNESCO, que tem em vista a salvaguarda dos saberes da construção náutica dos barcos típicos do Tejo, é uma ideia de saudar e esperamos que a candidatura tenha sucesso, contudo não queria deixar de lamentar pelo facto de não ter havido um maior envolvimento de toda a Câmara no processo que antecedeu a apresentação pública desta iniciativa, uma vez que os Vereadores do PS, do PSD e do B.E., apenas tiveram conhecimento da mesma poucos dias antes da sua apresentação pública.

Disse, ainda, ter outro tema que queria deixar e que é uma proposta no sentido de poderem ser instaladas, nos chuveiros da Praia do Rosário, torneiras temporizadas uma vez que tem observado que as existentes permitem que haja um consumo exagerado de água porque considera que as pessoas utilizam-nas de forma desregulada e com a temporização das torneiras existe um fator dissuasor da utilização e, sobretudo, se abandonarem o local estas não vão continuar a deitar água. Por observação, também percebe que não é raro, no chão onde tem uma elevação tipo um murete baixo, por vezes formasse grandes “piscinas” por entupimento dos ralos.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Disse que estão no território da União das Freguesias de Baixa da Banheira e Vale da Amoreira referindo que tinham visitado duas instituições muito importantes, uma do ponto de vista mais de intervenção social e humanitária que é o CRIVA, portanto, é bom ver-se algumas associações que estão a trabalhar no terreno em prol do bem-estar das populações, nomeadamente, as mais carenciadas, em relação à Escola Secundária da Baixa da Banheira, que também visitaram, considera ser uma das escolas que está muito bem apetrechada apesar de ter 40 anos e um historial bastante importante na área da Educação no Concelho, não só no Vale da Amoreira, no entanto constataram que apesar das potencialidades que tem, das dificuldades existentes, nomeadamente, da perda significativa do número de alunos, por diversas conjunturas que foram, ali, analisadas, portanto pensa que se estará na eminência de encontrar uma outra solução, que já tem sido encontrada noutros locais e noutros contextos, neste a solução irá caminhar pela criação de um novo Agrupamento de Escolas no Vale da Amoreira, no entanto pensa que este assunto merece toda a atenção porque fazendo um novo Agrupamento criar-se-ão melhores condições para os próprios alunos que frequentam a escola e para toda a comunidade. Disse, ainda, que seria uma grande perda se se chegasse à conclusão de que a Escola Secundária da Baixa da Banheira não tinha condições para continuar como Escola Secundária, pelo património de 40 anos com tantas gerações de alunos que por lá passaram, portanto, com esta sua intervenção quer deixar uma palavra de solidariedade para com todos os que trabalham naquela escola em prol da Educação, e com certeza que da parte da Autarquia vão ficar atentos para ajudar a encontrar a melhor solução na área educativa, para o Vale da Amoreira. Disse, ainda, que na visita que efetuaram à escola verificaram que a mesma tem um espaço interior, como já tinha dito, muito bem apetrechado e no exterior tem um espaço bastante grande, de tal ordem que tem uma mata, de pinhal, com mais de um hectare o que o levou a lembrar-se dos Planos de Emergência das Escolas, a propósito de tantas coisas que vem acontecendo nas vertentes de incêndios, que pensa estarem todos aprovados e acautelados, deixando a pergunta se existem alguns dados sobre os Planos de Emergência das Escolas e se estão todos acautelados.

Por fim, queria deixar uma palavra sobre um assunto que nos está a entrar todos os dias em casa, e que tem a ver com a questão dos refugiados, portanto, estando no Vale da Amoreira, uma Freguesia que tem recebido tanta gente e de todo o Mundo que é, aqui, acolhida e acarinhada e o Município, há pouco tempo, divulgou um plano que tem a ver com o acolhimento da Imigração, o que o levou a deixar uma palavra de solidariedade para estas notícias, que estão a dar todos os dias, de pessoas que têm o seu final de vida anunciado, quer venham de barco, que estão a ser abandonadas no deserto em autocarros (na Argélia), ou mesmo de crianças separadas das famílias, e daí que no Concelho têm estado atentos, mas envia uma palavra de solidariedade e de repúdio pelas posições que alguns governos e alguns países, mesmo na Europa, que continuam resistentes a abrirem as portas e a darem acolhimento a estas pessoas, portanto era esta palavra de solidariedade que queria deixar para com o problema dos refugiados.

Sr. Vereador Carlos Albino – Disse ser uma grande satisfação estar neste espaço onde cresceu, recordando encontrar-se no lugar do público, e intervir, bem como antes disso, em jovem, já enviar emails a solicitar melhoramentos no espaço público e a intervenção da autarquia para correção de algumas situações. Falar com o Presidente da Junta, da altura, que residia à sua frente, para alertá-lo para situações que era possível melhorar, e agora, enquanto eleito espera continuar a fazer essa diferença na terra que conhece bem, sobre situações que conhece bem.

Mais disse que estando no Vale da Amoreira ir-se-á centrar-se nos seus problemas para depois fazer um apontamento ou outro à Baixa da Banheira, nomeadamente, felicitou pela visita ao CRIVA, instituição que muito faz pelos munícipes do Concelho, em particular pelos que se encontram numa situação mais frágil, que intervém junto dos jovens, dos menos jovens, dos que procuram trabalho, mas também junto das pessoas mais idosas. Considerou, no entanto, que se poderia ter aproveitado a oportu-

tunidade para visitar o Mercado do Vale da Amoreira e verificar o estado atual do espaço, que carece de uma intervenção já há algum tempo, um pouco similar àquilo que se vê na Biblioteca e nas traseiras do edifício da antiga sede da Junta de Freguesia é possível ver uma placa de gesso cartonado, sobre o risco de queda a qualquer momento em cima de qualquer transeunte, sendo um local de passagem frequente, não concebe que se permita a existência de situações deste género, ou seja, uma secção da referida cobertura já caiu toda, restando só a placa que lá está pendurada por uma pequena fração de material. É também um local privilegiado para as pombas nidificarem, o que contribui para que a praga que estes constituem, no Concelho, aumente.

Acrescentou ainda a informação, que os lojistas lhe transmitiram, de que a rua entre as traseiras da Junta e o Mercado continua a não ser limpa, tornando-se necessário que seja limpo e se criem as condições para que as pessoas deixem de fazer as suas necessidades fisiológicas na rua e para tal as casas de banho do Mercado, junto às lojas, possam ser abertas, dando as chaves aos lojistas, para que façam essa gestão, e permita desta forma que as mesmas estejam abertas, havendo um compromisso entre as partes, de forma a evitar as más práticas, sendo que essa situação ocorre frente à Escola de 1º Ciclo existente no local. Considerou ser necessário um especial cuidado num local que se situa ao lado de uma Escola do 1º Ciclo, talvez subir o muro que está junto à Escola para que os jovens e menos jovens do outro lado não estejam sempre a interagir, sendo que as lojas são um espaço onde se vende algo, onde se tem outro tipo de convívio e a Escola e o recreio são dados a outro tipo de atividades. O Partido Socialista apresentou, em tempos, uma solução para o referido espaço, que seria em ambas as entradas colocar um gradeamento que pudesse ser elevado, o que permitia que quando todas as lojas encerrassem, o gradeamento fosse fechado e o espaço ficasse vedado e houvesse condições de colocar um alarme, garantindo uma maior segurança dos lojistas, o que acontece atualmente, loja a loja há um investimento contínuo, da Câmara, em gradeamento que por vezes se deteriora pelo uso, pelo vandalismo ou tentativas de intrusão ou mesmo intrusão, portanto, na sua opinião é necessário ter um outro olhar sobre o local e, se possível, se optasse pela solução que apresentou, não era necessário todo o gradeamento existente que segundo os próprios lojistas dá o aspeto de uma prisão. Colocou ainda a questão que, no Vale da Amoreira nas zonas entre os prédios, ou seja, nos pátios existiam equipamentos, na altura feitos de madeira, que se foi deteriorando e que já não existem, atualmente existem espaços enormes, nomeadamente um nas traseiras da Avª José Almada Negreiros, que é um espaço amplo e que à sua frente tem um parque de estacionamento, sendo que esse espaço enorme por norma costuma ter ervas muito altas, e que quando é cortada o que se vê é lixo, portanto, na sua opinião a seguir ao corte da vegetação era necessário recolher o lixo, e esse espaço, privilegiado de excelência, está ao abandono servindo apenas para que as pessoas passeiem os seus animais à noite.

Lembrou, porque nunca é demais lembrar, que o Vale da Amoreira tem um conjunto de potencialidades que permitiriam ombrear com qualquer outra localidade do Concelho, ou mesmo fora dele, bastará que quem o visite olhe para a Avenida e veja que dela pode-se tirar partido, colocando os mais diversos tipos de equipamentos, permitindo a criação de pontos de convívio onde as pessoas se possam encontrar, conhecer e criar um espírito de vizinhança, de comunidade, de partilha, portanto é necessário criar isso porque se assim não acontecer o Vale da Amoreira continuará a deslaçar, ficando cada vez mais fácil as pessoas abandonarem a zona e o que vê é a terra onde cresceu a perder população de dia para dia, com as casas a desvalorizarem cada vez mais, os prédios sem conservação, podendo nesta situação a Câmara incentivar, promover ou sensibilizar para a necessidade da constituição de condomínios, porque existindo estes, é mais fácil haver conservação dos edifícios.

Disse que para terminar tem duas questões, que já vem alertando há muito tempo, ou seja, é necessário arranjar o espaço que vai da rotunda que se encontra depois do Centro de Experimentação Artística até à Vila Chã, porque é um espaço de acesso à Vila Chã que é por onde as pessoas se deslocam para irem às compras e para, por exemplo, apanharem os transportes públicos, sendo que

nessas deslocções as pessoas deparam-se com as bermas cheias de ervas muito altas, sendo obrigadas a caminhar na faixa de rodagem que durante a noite nem se encontra iluminado tornando-se perigoso para quem ali circula, acontecendo, precisamente, a mesma coisa na ligaçõo ao cruzamento dos Galitos que liga à Vila Chã, na zona onde existia anteriormente a vacaria, considerando que é necessário que toda essa estrada, que fica na área de intervençõo do Concelho da Moita, tenha iluminaçõo e tenha as bermas bem definidas, uma vez que há pessoas que por ali circulam, entre a Vila Chã e o Vale da Amoreira, sendo portanto necessário uma intervençõo nesse local.

Por fim questionou o Sr. Presidente da Câmara se os poços no Parque Zeca Afonso, onde se praticava BTT, Skate e desportos radicais, já estão arranjados, e caso contrário para quando está previsto o arranjo dos mesmos, porque da última vez que lá esteve existiam umas baias no local que em nada vedavam o acesso ao espaço, que no estado em que se encontra é perigoso.

Sr.^a Vereadora Filomena Ventura – Disse que relativamente ao CRIVA conhece muito bem a sua atividade e que tem feito um trabalho excecional no âmbito da divulgaçõo e da prevençõo da mutilaçõo genital feminina e tem uma ativista, tendo sido nesta sala, que foi feito um encontro com a Comissão de Crianças e Jovens da Moita, na prevençõo da mutilaçõo genital feminina.

No que se refere à Escola Secundária da Baixa da Banheira, sendo professora há trinta e seis anos, conhece bem e considera que esta Escola tem efetuado, sempre, um trabalho meritório. Fez também uma saudaçõo especial à Baixa da Banheira e à qualidade dos cursos profissionais que têm apresentado em relaçõo à restauraçõo e ao turismo.

Sugeriu que pensassem todos na soluçõo de uns problemas que surgem, cada vez mais, com alguma incidência no Vale da Amoreira, parece-lhe que com a postura usual da multiculturalidade estará, talvez, na altura de pensarem, entre todos, quais são as possibilidades que o Balcão do Município na zona, ou os que mais servem os utentes do Vale da Amoreira, pudessem ter uma vertente em que fosse possível ajudar a legalizar as pessoas, uma vez que, nomeadamente, a comunidade cabo-verdiana se queixa das questões relacionadas com a legalizaçõo de jovens e crianças já nascidos em Portugal.

Terminou com a colocaçõo de uma questão, já abordada numa outra reunião pelo Sr. Vereador Pedro Aniceto, que é sobre o licenciamento do vazadouro nas traseiras da Rua Luís de Camões, no Rosário, mantendo essa questão e se houvesse possibilidade de alguém lhe responder, gostaria.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Disse querer dar dois esclarecimentos, nomeadamente, o primeiro é um esclarecimento ao Sr. Vereador Luís Chula, que se queixou de ter sido avisado muito próximo da data do anúncio da candidatura dos barcos a Património Imaterial da Humanidade, lembrando-se que em 2015, não tinha cargo político nenhum, mas que o promoveu com outras pessoas que estavam num Fórum sobre Turismo, na Escola Profissional, sendo este o primeiro local que se falou deste assunto, portanto desde 2015 que se discute esta questão.

Esclareceu ainda que os lojistas dos Mercados têm a chave da casa de banho, acrescentando que a gestão do Mercado do Vale da Amoreira é um pouco diferente da de todos os outros porque o funcionário que lá está é afeto à Junta de Freguesia e não à Divisão de Desenvolvimento Económico, mas, uma vez, que as câmaras frigoríficas são afetadas a esta Divisão desloca-se, enquanto Vereador responsável pelo Pelouro, muitas vezes ao local e sabe que a chave está na posse dos lojistas e as pessoas, solicitando-a, podem utilizar as casas de banho. Sobre as grades no Mercado disse que gostaria que estas não fossem necessárias, mas na realidade são.

Disse querer colocar duas questões, para reflexõo, sendo a primeira relacionada com a extensão do Centro de Saúde, lembrando que em 2002 quando o Governo do Durão Barroso tomou posse o Centro de Saúde, em causa, estava construído, já com equipamento no interior e encerrado, acrescentando que a situaçõo era inadmissível, porque não podia o Estado fazer um investimento tão grande e este

estar encerrado, sendo que o mesmo abriu e durante muito tempo considerou em relação ao número de médicos, de enfermeiros, dos melhores locais de prestação de cuidados de saúde, que existiam no Concelho e, neste momento, isso não se verifica, ou seja, a Extensão do Centro de Saúde do Vale da Amoreira peca por falta de médicos, de enfermeiros e de pessoal administrativo sendo este um problema que se tem que encarar, ou seja, quando se falava no Centro de Saúde da Baixa da Banheira e a Extensão do Centro de Saúde do Vale da Amoreira não era preocupante o que é certo, é que neste momento é um assunto preocupante e que tem que estar na ordem do dia.

A segunda questão que o preocupa, no Vale da Amoreira, é a da Segurança porque esteve nas Festas do Vale da Amoreira que decorreram, de uma forma geral, sem grandes problemas, mas no domingo de manhã, quando se deslocou à procissão, verificou que havia invólucros de balas no chão, a PSP falou-lhe numa situação que envolveu a utilização de armas brancas na noite anterior e quando se deslocou a um dos cafés da zona, o dono do café disse-lhe que estas situações não podiam acontecer porque as Festas devem dar bom nome a uma terra e estas estão a dar um mau nome ao Vale da Amoreira, portanto tem que se arranjar uma solução, acrescentando que certamente todo o Executivo se irá preocupar com o assunto, apesar de não depender da Câmara Municipal a questão da segurança, também esta tem que estar na ordem do dia.

Sr. Presidente – Disse que iria abordar, o mais sinteticamente possível, os assuntos abordados, começando por esclarecer que, sobre o Projeto “Moita Património do Tejo”, o trabalho de avaliação, de ponderação, de conhecer as possibilidades e de traçar caminhos iniciou-se e foi desenvolvido no âmbito do Gabinete de Apoio ao Presidente, com a sua supervisão direta, praticamente desde a tomada de posse do Executivo e foi feito desta forma, por duas razões, porque o caminho foi feito assim até se divulgar mais amplamente, inicialmente internamente e depois externamente. O primeiro motivo, é uma característica sua que deseja preservar, é não fazer anúncios sem saber o caminho a percorrer, como se vai lá chegar e se existem, ou não, possibilidades de lá chegar. O segundo porque em torno desta matéria vem-se verificando a existência de uma espécie animal que não é muito abundante no Concelho da Moita, mas que aparece muito nestas circunstâncias que são: “Os cucos, espécie animal que se caracteriza por colocar ovos nos ninhos dos outros” e esta espécie aparece com alguma frequência a propósito de algumas matérias e designadamente a propósito do trabalho que há 30 anos as Associações Navais, os proprietários e imensas pessoas com sacrifícios e com uma dedicação incedível andam a fazer para recuperar os barcos, para os colocar a navegar, para lhes dar conhecimento, para criar instituições diversas, desde as Associações locais, à Marinha do Tejo, para levar o referido Património a todo o País, tendo dado o exemplo da Associação Naval Sarilhense, que já participou em exposições e mostras de divulgação do mesmo, em todo o Portugal e no estrangeiro. Existe um trabalho imenso realizado e seria imoral permitir que alguém viesse, agora, colocar “ovos neste ninho”, portanto este projeto quando avançasse, tinha de ser na base da comunidade e das pessoas do Concelho da Moita que efetivamente trabalharam ao longo de tantos anos nesta questão, porque estavam a existir movimentações de pessoas; com ideias posteriores às já existentes há 30 anos, e que apenas procuravam um aproveitamento do trabalho já realizado, portanto foi mantido um trabalho interno e confidencial até ao dia em que estavam prontos para a sua apresentação.

Relativamente aos chuveiros, considerou a questão pertinente e que deve ser avaliada, tendo a ideia de já lá ter existido chuveiros da referida natureza, sendo que depois o problema é que para além do desgaste da utilização e de nem todas as pessoas terem a mesma preocupação com a forma de utilização dos equipamentos, isto em relação não só aos utentes da praia mas também aos mariscadores, que utilizam todos espaços onde existe água para fazerem a lavagem das sacas o que provoca problemas acrescidos de desperdícios de água, entupimentos e acumulação de detritos, que são acontecimentos comuns a toda a Margem Sul e que são fenómenos de difícil controlo.

No que se refere aos planos de emergência das escolas, no que diz respeito às escolas que são responsabilidade do Município, ou seja, Escolas do 1º Ciclo, todas têm os seus planos executados, quanto às escolas do 2º e 3º Ciclos não tem a certeza se é assim porque são escolas sob responsabilidade direta do Ministério da Educação, eventualmente o Sr. Vereador Luís Chula poderá ter mais informações.

Sobre a questão dos refugiados, associou-se às palavras e preocupações do Sr. Vereador Joaquim Raminhos, é de facto um drama humanitário em primeiro lugar, mas que não pode ser abordado nem da forma desumana, nem simplista como na União Europeia e em alguns países, aqueles que não caem na desumanidade mas que ainda assim caem em formas simplistas de abordar, isto é, o problema não começa nem no mediterrâneo nem no Sahara, começa na desarticulação que foi provocada àqueles países, àqueles economias e ao modo de vida daquelas populações, começa no neocolonialismo, que nalguns casos já se pode tirar o “neo” porque já é colonialismo puro, começa no saque a que estão submetidos aqueles países e as suas riquezas naturais, nos massacres induzidos pelo saque, casos como por exemplo, o massacre do Ruanda que aconteceu há uns anos, sendo que o pouco que consegue passar pelas linhas da informação oficial, que aqueles saques tinham a ver com as riquezas, com um dos minérios mais importantes, na atualidade, para a produção de aparelhos eletrónicos, portanto África é um continente a saque, excetuando alguns, poucos, países que conseguem manter uma economia minimamente estruturada, mas sobretudo a África Subsariana, a zona central de África, tem problemas que, naturalmente, induzem a esta emigração massiva e vão continuar a induzir. Não é possível resolver o problema, seja o que for que se faça, no Mediterrâneo, nem é possível resolver o problema, mesmo que os países da Europa liberalizem completamente a receção de imigrantes porque isso também não é possível, não se pode imaginar que se vai deslocar um continente inteiro para a Europa e que isso é possível de comportar. Uma solução deste problema tem que passar por devolver a soberania, as condições económicas, terminar o saque daqueles países, para que as pessoas, ali, possam ter condições de vida e não sejam forçadas a emigrar como está a acontecer e depois juntasse ainda os crimes de guerra praticados em todo o norte de África e Médio Oriente, conhecidos por todos. Disse quanto às questões colocadas relativamente ao Vale da Amoreira que o primeiro comentário de natureza genérica é “quando não é preciso decidir o que é que se faz, é fácil pedir que se faça tudo” e faz-se listas grandes de coisas do que falta porque, depois, nunca se decide, quando chega a altura de se estar perante a oportunidade de decidir exatamente se o dinheiro se aplica nesta ou naquela prioridade fica-se pelo “nim” para poder continuar, sempre, a defender todas as prioridades e a prometer tudo a todos. Posto este comentário genérico o outro comentário é para dizer que o Vale da Amoreira, nos últimos 20 anos, foi provavelmente a freguesia do Concelho da Moita que recebeu mais investimento público, ou seja, é enorme, não só investimento que se traduz fisicamente, de obras, de intervenções e de edifícios, mas também investimento em programas sociais diversos, portanto, é absolutamente falso que alguém argumente que há falta de investimento Municipal no Vale da Amoreira. São muitos milhões de euros que aqui foram investidos nos últimos 20 anos, mais do que em outras zonas do Concelho igualmente carenciadas, considerando, por exemplo, a Fonte da Prata que nem um décimo do que foi investido no Vale da Amoreira foi investido na Fonte da Prata. Não está tudo feito, longe disso, até porque as ajudas que houve da Administração Central são, como seria de prever, incríveis, por exemplo a ajuda que houve com os moradores do Vale da Amoreira, que as Autarquias tiveram da Administração Central, foi construir os Bairros Sociais (os CDH's – Contratos de Desenvolvimento de Habitação) e os Bairros do IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) no meio da areia, fizeram umas estradas mal feitas, colocaram uns lancis mas não a calçada, e foram-se embora. Os arranjos exteriores dos bairros sociais construídos nos anos 70 e 80, no Vale da Amoreira, pelo Estado Português, não foram executados até hoje e se durante alguns anos, até ao PROQUAL, que foi entre 2000 e 2005, ainda houve uma admissão por parte dos responsáveis governamentais, de então, de que havia uma responsabilidade do IHRU, que era o herdeiro de todos

os Institutos de Habitação anteriormente existentes, de que havia uma responsabilidade e chegou-se a enquadrar no Plano Inicial do Financiamento do PROQUAL verba para isso, mas como este fechou com um terço do financiamento previsto, tinha avançado, com a assinatura de dois Ministros na Baixa da Banheira, com uma previsão de 30 milhões de euros, ficando-se pelos 10 milhões porque não houve mais financiamentos, tendo ficado inúmeras coisas por fazer, inclusive os arranjos exteriores do Vale da Amoreira e daí para cá, ainda há cerca de 3 anos realizou-se uma reunião com o IHRU que, atualmente, recusa-se a assumir responsabilidades na execução destes arranjos exteriores ficando o Município com este problema como tem tido durante este tempo todo, no entanto a Câmara vai intervindo de uma forma que naturalmente é lenta e muito morosa para aquilo que as populações desejavam e têm direito.

Relativamente a uma das questões que foram levantadas disse que era bom que conhecessem melhor algumas realidades antes de se fazer afirmações, ou mesmo fazer sugestões, embora as sugestões sejam válidas mas veem colocar questões que, de facto, já têm respostas, por exemplo, a questão do apoio à legalização dos imigrantes tem uma resposta no CLAIM (Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes), que funciona há 15 anos no Concelho da Moita, e que é uma resposta efetiva de acompanhamento, de encaminhamento, de ligação às entidades, ainda sendo um dos CLAIM do País que faz um maior número de atendimentos e encaminhamentos, agora, aquilo que não fazemos, nem nunca faremos, nem mesmo que quiséssemos poderíamos fazer, são os processos, efetivamente, de documentação, porque estes são feitos pelo SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) têm regras muito apertadas, são feitos em locais únicos, colocam dificuldades enormes às pessoas que se pretendem legalizar, não há qualquer tipo de abertura e de descentralização de intervenção e, portanto, não vai haver nunca emissão de passaportes, ou algo do género, num Balcão Municipal, ou noutra sítio qualquer. A intervenção que cabe ao Município, que é de acompanhamento, aconselhamento e encaminhamento é feita, e bem-feita no CLAIM, não só no do Vale da Amoreira como também no da Fonte da Prata.

Mais uma vez e sobre as questões das casas de banho na zona do Mercado, já foi respondido pelo Sr. Vereador Luís Nascimento, mas também em relação aos condomínios existe um histórico de intervenção e de ação da Câmara Municipal estimulando a organização dos Condomínios, apoiando a Associação de Condóminos, por exemplo, adquirindo andaimes e equipamentos disponíveis para emprestar aos Condomínios do Vale da Amoreira que desejem pintar os seus edifícios, portanto, há, efetivamente, um histórico de vários anos e em todos os programas sociais, quer dos que são diretamente de intervenção Municipal, quer os outros como os Bairros Críticos e como outros programas, esta questão do apoio à formação de Condomínios tem sido sempre uma questão presente, portanto, há trabalho realizado nesta matéria, agora o trabalho tem os resultados desejados? Não, não têm. Temos todos os problemas resolvidos em relação aos Condomínios? Nem pouco mais ou menos. Temos inúmeros Condomínios que não funcionam, mesmo quando são formados e depois têm muitas vezes “vida curta”? É verdade. Existe uma mobilidade social muito grande, os Condomínios formam-se num contexto, às vezes, em que existe um conjunto de moradores num determinado prédio, que conseguem, mas posteriormente mudam um ou dois ou aborrecem-se uns com os outros e ao fim de 4 ou 5 anos já não funciona novamente, portanto esta é uma realidade que temos e que é muito característica deste tecido social, e dos problemas sociais que ocorrem. No entanto existe e não só por parte dos Serviços Municipais, mas também da parte de todos os programas sociais e todos os intervenientes sociais neste território essa questão do apoio à formação de Condomínios é uma questão que está sempre presente.

Informou que os poços de skate não estão ainda arrançados.

Sobre as traseiras da Rua Luís de Camões remeteu para as respostas dadas na reunião anterior.

Acerca do Centro de Saúde do Vale da Amoreira, este constituiu-se em USF (Unidade de Saúde Familiar), o equipamento foi atribuído a uma USF, e estas são o que são e não são grande coisa, porque quando

funcionam bem existem benefícios para os utentes e sobretudo para os médicos que a constituem, quando funcionam mal, as repercussões fazem-se sentir no Centro de Saúde, ou seja no caso concreto, a USF do Vale da Amoreira quando foi constituída tinha o número de médicos necessário, distribuiu os médicos de família pelos utentes, grande parte dos utentes do Vale da Amoreira ficaram com médico de família, nessa altura, o atendimento era personalizado como não é comum no Serviço Nacional de Saúde tradicional, algo que se consegue fazer quando se está a caminho da privatização e quando é serviço público não se fazem, levando a parecer que é propositado, acrescentando que os utentes que perdem o médico de família não é a USF que é a responsável por resolver a situação e fazer o atendimento, sendo os mesmos encaminhados para o Centro de Saúde da Baixa da Banheira, onde, já, metade dos utentes não tinham médico de família, agora crescem os utentes do Vale da Amoreira, que serão mais 2 ou 3 mil, segundo os últimos dados disponíveis e a USF continua a funcionar. Disse, ainda, que no dia de hoje estava previsto e havia a intenção, na visita a efetuar ao Vale da Amoreira, durante a manhã, de visitar a USF do Vale da Amoreira e falar com os responsáveis, no entanto foi-lhes informado que ninguém estaria disponível para falar com o Executivo, portanto terá que ser agendado para outra data, mas é uma situação preocupante, que não pode, nem o Ministério nem a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, deixar a situação neste impasse de dizer que a responsabilidade de recompor o número de médicos e de profissionais necessários é da USF e eles que resolvam, não é solução, porque entretanto os problemas estão-se a repercutir noutra lugar e os números que foram fornecidos, há uns dias, pelo Diretor do ACES do Arco Ribeirinho, indicam um agravamento substancial da situação dos Cuidados Primários de Saúde no Concelho da Moita, com a redução do número de profissionais e com o aumento do número de utentes sem médico de família, em todos os Centros de Saúde, excetuando o de Alhos Vedros que mantém uma situação, atualmente, equilibrada, mas também o da Moita, que durante algum tempo teve uma situação mais estabilizada, atualmente está, também, a perder profissionais e a aumentar o número de utentes sem médico de família.

Relativamente às Festas do Vale da Amoreira, ao ouvir o Sr. Vereador Luís Nascimento e sem contradizer aquilo que diz, fez-lhe lembrar uma frase que é atribuída ao Bertold Brecht, a propósito de umas situações complicadas que estavam a acontecer na Alemanha, no pós-guerra, em que dizia: “Se o povo não serve, muda-se o povo”. É um pouco o que sucede, o povo do Vale da Amoreira é o que é, e pensem as pessoas o que quiserem não o vai mudar, portanto, aqui existe uma cultura própria, há problemas sociais, e atrás destes vem sempre os problemas de criminalidade, de comportamentos de alguma violência, no entanto, as Festas são feitas para este povo, para estas gentes que têm as suas próprias características e o seu próprio público, porque são estas as Festas que estas pessoas querem e é esta a sua cultura e a sua vivência, é verdade que se registam alguns problemas de desacatos, mas não é só no Vale da Amoreira, também não devemos alimentar a ideia de que o Vale da Amoreira tem uma situação do ponto de vista da segurança tão grave e que desacatos em Festas Populares são algo que só ali acontece porque não conhece festas em que não hajam um ou outro desacato, e uma ou outra troca de “sopapos” e enquanto as coisas se mantiverem nesse nível tudo bem. Também há que louvar o trabalho da PSP que tem uma presença muito intensa e muito atenta nas Festas, neste caso nas Festas do Vale da Amoreira, aliás, como nas da Baixa da Banheira, como a GNR tem nas outras e tem sido notória a presença massiva nalguns momentos de guardas da G.N.R., por exemplo, nas Festas da Moita, que contribui para que nos momentos mais propiciadores de causarem alguns problemas haja capacidade de uma intervenção rápida e sobretudo capacidade de dissuasão que é o mais importante.

Esclareceu por fim que não existe qualquer vazadouro, remetendo para as respostas que foram dadas na última reunião porque foram respondidas, acrescentando que não havendo vazadouro não há qualquer licenciamento e se houve deposição incorreta, existe a atuação da Fiscalização Municipal por um lado e das Autoridades por outro.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Sobre o Projeto “Moita Património do Tejo”, disse querer reafirmar a sua importância pensando que, agora, deverão estar unidos em torno deste Projeto independentemente da sua origem, o que interessou e foi importante foi ter-se divulgado esta intenção da Candidatura, porque é um projeto muito importante, de uma grande responsabilidade e projeção do Município, acrescentando que gostou, do dia em que estavam todos os Vereadores no Cais, de ouvir o anúncio público do mesmo, portanto é com este espírito que o Projeto deve avançar e estão todos unidos em torno da questão para que seja um sucesso, sendo que todo o processo vai durar algum tempo conforme o anunciado pelo Antropólogo, logo vai haver um grande caminho a percorrer.

Mais disse que, por parte do Bloco de Esquerda, reafirma todo o empenho em que a ideia tenha sucesso, estará, muito humildemente, a acompanhar todas as fases do processo e sempre que possível, também, dará as suas sugestões, aproveitando, já, para deixar duas, nomeadamente, pensa que este Projeto é de tal maneira importante que ainda está numa “incubadora” e se calhar a população do Concelho da Moita, na sua globalidade, ainda não se apercebeu da importância do projeto e de pormenores, sugerindo, mas se calhar já faz parte do Plano, a realização de mais algumas sessões, sendo que a primeira foi, já, junto das Associações Náuticas mas, também poderia ser junto do Movimento Associativo em termos gerais, e junto das Escolas fazer-se uma sessão explicativa, pensando que houve a iniciativa, que foi muito bem feita, do design de divulgação que se tornou na imagem de marca do projeto e pensa que se deve fazer com que, a pouco e pouco, toda a população do Concelho tenha conhecimento do projeto, dos pormenores e seus objetivos para que todos unidos se faça com que o Projeto ganhe, e seja vencedor, porque irá ter muitas repercussões, tal como já havia sido mencionado pelo Sr. Presidente, é um complemento da cultura Ribeirinha que une todos.

Em relação à questão colocada sobre o atendimento dos Imigrantes e dos Balcões do Município, reafirmou o que já foi dito, até porque existe uma articulação de serviços, ou seja, estes assuntos quando chegam aos Balcões vão ser reencaminhados para os serviços, que já estão criados, dos CLAIM que já prestam um grande apoio, por isso os Balcões dão, sempre, toda a informação possível, fazendo a articulação entre o serviço que está instituído e não se vão substituir ao que está feito.

Sr. Vereador Luís Nascimento – No que se refere à questão colocada pela Sra. Vereadora Filomena Ventura disse que já tinha informado na última reunião, que os Fiscais Municipais tinham analisado a questão do pseudo-vazadouro, entre o Gaio e o Rosário, mas não existe nenhum vazadouro no entanto foram depositados no local monos e lixo. Colocou-se o problema da identificação dos proprietários do terreno, que está a ser difícil, devido à questão dos herdeiros. Mais acrescentou que tem que se ter consciência que quando existe lixo e monos num determinado local é chamativo para que se coloque mais acabando por se tornar num vazadouro, mas também tem que se ter consciência de que a Câmara, substituindo-se aos proprietários para retirar o material, tem de ter licença dos donos do terreno porque não se pode invadir propriedade privada para retirar o que lá se encontra.

Sr. Vereador Carlos Albino – Disse querer deixar uma nota, nomeadamente, numa das suas intervenções salientou a necessidade de iluminação de duas das principais entradas de acesso ao Concelho da Moita, não se tendo apercebido de ter obtido resposta para a questão colocada.

Disse ainda que em troca de impressões com o Sr. Vereador Luís Nascimento já tinham tido oportunidade de ver qual era a casa de banho que se encontrava encerrada no Mercado, esperando que de agora em diante fosse dada atenção a esta situação, e da oportunidade da mesma poder estar ao serviço dos comerciantes, dos utentes do mercado e das pessoas que por ali passam, garantindo as condições de segurança e de higiene do espaço.

Relativamente às Festas do Vale da Amoreira e de serem estas as Festas que as pessoas querem disse não saber se serão estas ou outras que as pessoas querem, pensando que é necessário ouvir as pessoas do Vale da Amoreira, mas o que é certo é que há muito tempo que deixou de ver muitas pes -

soas que era costume encontrar naquele espaço. Tendo conversado com alguns feirantes que lá estão pela altura das Festas, estes referiram que a localização não é a melhor, embora este ano o local fosse mais adequado porque antes quando a PSP, cerca das 03h00m tinha de fazer carga policial desde a Avenida, fazendo agora de um local mais próximo, o que permite outro controlo e diminuir a conflitualidade com as pessoas que se mantêm nas Festas até mais tarde e desagrada-lhe cada vez que ouve que um feirante se teve de refugiar dentro da sua instalação para não sofrer agressões e tem de afirmar várias vezes que é feirante, para não correr o risco de ser agredido, devido à confusão gerada nestas alturas. Gostaria que a Festa fosse mais aglutinadora e que permitisse que as pessoas que deixaram de frequentar a Festa, o voltassem a fazer porque as Festas foram, durante muitos anos, um espaço de encontro e de reunião entre amigos, colegas de escola e vizinhos e tem-se vindo a perder, sendo necessário fazer tudo o que esteja ao alcance para retomar esse espírito que na sua opinião em muito já se perdeu.

Sr. Vereador Luís Chula – Disse ir responder às questões colocadas pelo Sr. Vereador Joaquim Raminhos, ao qual agradeceu ter, mais uma vez, em Reunião de Câmara, dado oportunidade de explicar a atividade da Proteção Civil Municipal.

No que respeita à questão colocada sobre as escolas e os Planos de Emergência das mesmas disse que o Sr. Presidente já referiu o que se passa com as Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, recordando que na anterior Reunião de Câmara fez uma explicação exaustiva da reunião que promoveu com os Diretores dos Agrupamentos de Escolas no sentido de criar, nas Escolas, uma parceria da Proteção Civil com as Escolas do Concelho, que vise informar, formar e sensibilizar a comunidade escolar para a temática da Proteção Civil, e promover uma cultura de segurança e de prevenção do risco. No que respeita a esta colaboração, naturalmente, deixaram entregue aos Diretores das Escolas a possibilidade de quando melhor entendessem ou tivessem oportunidade, sendo que neste momento a atividade das escolas se encontra, de alguma forma, perturbada do ponto de vista dos exames, da apreciação das notas e das reuniões para atribuição de notas, e naturalmente, pensa que só no início do próximo ano letivo é que será possível uma atividade mais regular. De qualquer forma encontra-se disponível, para no período das férias de verão, se os Diretores dos Agrupamentos Escolares entenderem ser esse o momento próprio, ativar, de facto, essa colaboração.

Mais disse que daquilo que recolheu da respetiva reunião e respondendo efetivamente à questão colocada, a ideia que tem é que, embora não diga que todas as Escolas, com exceção das do 1º Ciclo do Ensino Básico, têm os referidos planos regularizados, ou seja, que tenham a chancela do Comando da Autoridade Nacional da Proteção Civil, mas pensa que todos estão elaborados, no entanto essa é uma das fases da referida colaboração que é ir a cada Escola e verificar se estes Planos estão construídos e se necessitarem de alguma ajuda, os técnicos municipais da Proteção Civil poderem dar uma ajuda, para responder às dúvidas, tal como já têm vindo a fazer junto das Coletividades que o solicitaram.

Sr. Presidente – Disse que o espaço, que se falou, entre o fim das atuais construções do Vale do Amoreira e a Vila Chã é um espaço que recebeu obras de urbanização há mais de 20 anos, e que, entretanto, por estar a ser alvo de um procedimento jurídico devido a um severo desacordo entre a Câmara Municipal e a empresa envolvida na urbanização, esse processo arrastou-se durante muitos anos e isso fez com que as obras de urbanização que ali tivessem sido feitas, pode-se dizer que, foi quase “dinheiro deitado à rua”, não foi inteiramente porque os arruamentos mantêm-se mas tudo o resto já foi destruído e vandalizado. Perante esta situação e sendo que não se perspetiva no imediato, até porque, agora, existem também problemas acrescidos com o PDM e para além disso aquela zona tem tido uma série de obstáculos a que tenha, ao longo dos anos, tido outro tipo de desenvolvimento porque na zona próxima caíram as medidas preventivas da terceira travessia do Tejo, posteriormente as medidas preventivas da via da alta velocidade ferroviária, portanto, tem sido uma zona que tem andado “embrulhada” ao longo de muitos anos e o resultado está à vista. Objetivamente não é razoável,

nem o Município tem condições nem justificação para que se vá investir de novo para de novo voltar a ser destruído, portanto, enquanto não houver uma perspetiva, de curto prazo, imediata de que aquela zona se vai desenvolver que vai ser objeto de tratamento, que vai ter construção, então aí investe-se o que for necessário para fazer as infraestruturas, agora neste momento, com tantas carências que existem na zona consolidada, e que já foram faladas nesta reunião, com que justificação é que se iria gastar vários milhares de euros numa zona que não vai ter desenvolvimento nos tempos mais próximos. Sobre o Projeto “Moita Património do Tejo” este pode, e deve, ser um projeto aglutinador porque se radica nos sentimentos mais genuínos e interiorizados de grande parte da população do Concelho que tem uma ligação ancestral ao rio, temos essa história, essa identidade e essa atualidade porque o rio e os barcos não são história, são também o presente e, portanto, um projeto desta natureza pode e deve ser aglutinador, motivador e capaz de gerar um amplo consenso na sociedade, até porque a questão da inscrição no Património da UNESCO, no Inventário do Património Cultural e Material da UNESCO, sendo algo que, com certeza, quando acontecer nos encherá a todos de um legítimo orgulho, mas verdadeiramente, aquilo é um meio, ou seja, não se quer aquilo para ter uma medalha para exhibir, até porque a Convenção da UNESCO não é isso, é um instrumento para a salvaguarda do Património, portanto, o que pretendemos é que o Registo seja um instrumento para preservar, salvaguardar e valorizar o Património, por isso tem que se fazer muito mais do que apenas apresentar uma Candidatura, que será objeto de decisão, tem que se criar uma dinâmica que crie condições de sustentabilidade, de permanência e de salvaguarda deste Património, não só do Estaleiro, que é fundamental, mas de toda a atividade relativa aos barcos típicos e à sua existência, conservação e potencial.

Sublinhou, ainda, que o Património não pode ser pensado, nem se pode intervir do ponto de vista do Património apenas porque ele é rentável, e falar de Património que é uma coisa que acontece excessivamente, nos dias de hoje, porque muitos não conseguem deixar de colocar na mesma frase as palavras Património e Turismo, como se o Património não existisse com outro objetivo que não fosse o Turismo, portanto intervimos no Património porque ele é nosso, porque é a nossa identidade, é aquilo que nos torna diferentes dos outros e aquilo que nos dá as raízes, no entanto, é verdade que existe um potencial turístico, também, de atração de visitantes, um potencial no setor económico que se pode desenvolver, e por isso temos que encontrar as soluções e caminhos para que isso possa acontecer, até porque será uma via para criar sustentabilidade para este tipo de trabalho.

De seguida entrou-se no período da Ordem do Dia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr.^a Vereadora Vivina Nunes.

1. PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES – ANO LETIVO 2018 - 2019

“De acordo com o nº 1, alínea gg), do Artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico de transferência de competências do Estado para as autarquias locais, compete à Câmara Municipal assegurar, organizar e gerir os transportes escolares.

No âmbito das suas competências, o Município da Moita procedeu à elaboração do Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2018/2019. O Plano foi analisado e discutido em reunião do Grupo de Trabalho dos Transportes Escolares, realizada a 11 de junho do presente ano, tendo merecido parecer favorável.

O Plano de Transportes Escolares foi apreciado pelo Conselho Municipal de Educação, na reunião realizada no dia 12 de junho, de acordo com a alínea e) do nº1 do artigo 4º do Decreto-Lei nº7/2003 de 15 de janeiro. O CMEM deliberou sobre a adequação da rede de transportes escolares proposta, tendo o Plano merecido parecer favorável.

O Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2018/2019 apresenta um custo anual previsto de 298.833,48€, estimando-se a comparticipação do Município em 248.669,87€ com efeitos na rubrica 03 02021001 -*Transportes Escolares*.

De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º299/84 de 5 de setembro, propomos para deliberação o Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2018/2019, que se anexa.“

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções foi submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Vice-Presidente.

2. CONTRATO – PROGRAMA 2018 COM ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO

“A Câmara Municipal da Moita reconhece a importância do movimento associativo e instituições sociais como um dos principais impulsionadores da participação democrática e da dinamização cultural, desportiva e social, sendo o seu papel insubstituível na valorização social e na formação cívica dos seus associados, assente em valores como o voluntariado, a solidariedade, a igualdade, a cidadania e a democracia. O trabalho de extrema importância levado a cabo pelas associações, frequentemente complementa e substitui a intervenção do Estado.

Com a crescente desresponsabilização do Poder Central em muitas das suas obrigações constitucionais, tem-se vindo a exigir às autarquias um trabalho redobrado num quadro de enormes dificuldades, de ingerências à sua autonomia administrativa e política, com sucessivos estrangulamentos financeiros e humanos.

Neste contexto, a Câmara Municipal da Moita tem assumido um importante papel de apoio ao Movimento Associativo e Popular e Instituições Sociais reconhecendo-os como parceiros privilegiados na estruturação e aperfeiçoamento de um concelho que se pretende justo e equilibrado, cultural e socialmente desenvolvido.

Assim, considerando:

1. As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento.
2. A competência da câmara municipal, nos termos das alíneas o), p) e u), do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas, com vista à execução de obras, à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças.
3. A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e participações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria.

Propomos de acordo com o artigo 23º, nº 2, alínea e), f), g), h) e m) e artigo 33º, nº 1, alínea o), p) e u) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a celebração de contrato-programa de desenvolvimento social, cultural e desportivo, entre o Município da Moita e a seguinte entidade (conforme documentos em anexo):

- Círculo de Animação Cultural de Alhos Vedros - CACAV

As participações consideradas têm cabimento nas seguintes rubricas:

Apoio a Associações Culturais e Desportivas: 17-03.04.07.01.02.99, no valor de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros).”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções foi submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

Não votou este apoio o Sr. Vereador Joaquim Raminhos por ser membro dos Órgãos Sociais da CACAV.

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Vereador Luís Nascimento.

3. INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS POR AVARIA DA CÂMARA FRIGORÍFICA DOS PRODUTOS HORTÍCOLAS – BANCAS Nº 16, 19, 22, 24 E 25 COM A ATIVIDADE DE FRUTAS E HORTALIÇAS. SITAS NO MERCADO MUNICIPAL DA BAIXA DA BANHEIRA – ZONA NORTE

“Considerando que, no passado dia 23 de maio, existiu uma avaria na câmara frigorífica dos produtos hortícolas do Mercado Municipal da Baixa da Banheira – Zona Norte.

Considerando que, devido à referida avaria, os produtos hortícolas que se encontravam na câmara frigorífica ficaram congelados e impróprios para a respetiva venda e consumo.

Considerando que esta situação foi analisada e confirmada pela funcionária do Setor de Mercados de serviço no referido mercado municipal;

Considerando que os adjudicatários são alheios à situação que se verificou;

Considerando que os adjudicatários das bancas abaixo indicadas apresentaram uma exposição dos diversos prejuízos com os respetivos valores (ver documentos em anexo):

- Banca nº 16 – Nazaré Rosária Marques de Matos - 61,60€ (sessenta e um euros e sessenta cêntimos);
- Banca nº 19 – Maria Perpétua Moeda Martins – 106,22€ (cento e seis euros e vinte e dois cêntimos);
- Banca nº 22 – Maria Isilda Costinha Fortes – 35,60€ (trinta e cinco euros e sessenta cêntimos);
- Banca nº 24 – Francelina Miranda dos Santos Domingos – 250€ (duzentos e cinquenta euros);
- Banca nº 25 - Esmeralda Ribeiro Escumalha – 29,50€ (vinte e nove euros e cinquenta cêntimos).

Assim proponho:

Que a Câmara Municipal delibere indemnizar os adjudicatários dos danos causados, pelo valor apresentado na sua exposição.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções foi submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

E nada mais havendo a tratar foi pelo Sr. Presidente encerrada a reunião, sendo a respetiva ata aprovada em minuta. Eram vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos. E eu, Alda Mouzinho, Coordenadora Técnica nesta Câmara Municipal, redigi a presente ata que assino com o Sr. Presidente da Câmara.

Todas as intervenções feitas aquando da apresentação das propostas, encontram-se devidamente gravadas em Cassetes, ficando as mesmas a fazer parte integrante desta ata.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

A COORDENADORA TÉCNICA